

# “A legião dos rejeitados”: trabalhadores retidos pela política de controle da migração em Montes Claros /MG, na década de 1930

“The legion of the rejected”: workers retained by the migration control policy in Montes Claros / MG, in the 1930s

Pedro Jardel Fonseca Pereira\*

## Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar as representações e discursos feitos pela elite local através do *Jornal Gazeta do Norte* em relação aos migrantes “rejeitados” em Montes Claros pela política de controle da migração, na década de 1930. A cidade estava situada no “espaço intermediário” da migração e atraía intensos fluxos de trabalhadores migrantes do Norte de Minas e do Nordeste do Brasil, que tinham a pretensão de embarcar na estação ferroviária local para São Paulo em busca de emprego. Contudo, antes de seguir viagem eles deveriam passar por um centro de triagem médica, que dizia se estavam aptos a prosseguir. O que acarretou uma grande retenção e concentração dos mesmos, sem condições de arcar com hospedagem e alimentação. A permanência dos trabalhadores gerou uma grande mobilização da parte da elite local nessa imprensa, no intuito de reivindicar a sua remoção do espaço urbano, alegavam que a presença desses sujeitos interferia negativamente no “progresso” da urbe.

Palavras-chave: Trabalhadores; Política de controle da mobilidade;

## Abstract

The purpose of this article is to analyze the representations and speeches made by the local elite through the *Gazeta do Norte* newspaper in relation to the “rejected” migrants in Montes Claros by the migration control policy, in the 1930s. The city was located in the “space intermediary” of migration and attracted intense flows of migrant workers from the North of Minas and the Northeast of Brazil, who had the intention of boarding the local train station for São Paulo in search of jobs. However, before continuing their journey, they should go to a medical screening center, which said whether they were able to proceed. This resulted in a great retention and concentration of them, without being able to afford accommodation and food. The permanence of the workers generated a great mobilization on the part of the local elite in this press, in order to claim their removal from the urban space, they claimed that the presence of these subjects interfered negatively in the “progress” of the city.

Keywords: Workers; Mobility control policy; representation.

\* Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Pesquisador do Grupo de pesquisa Fronteiras do Sertão do Núcleo de História e Cultura Regional (NUHICRE) – Unimontes. Historiador associado da Associação Nacional de História – ANPUH.

A partir da chegada da ferrovia em meados da década de 1920, Montes Claros, localizada no Norte do Estado de Minas Gerais, tornou-se uma cidade com grande concentração de trabalhadores migrantes. Esses tinham como objetivo o embarque no trem, sobretudo para o Estado de São Paulo. Segundo Simone Narciso Lessa (1993), a região provavelmente era o corredor de migração mais intenso do país nesse período. E foi na imprensa local, no jornal *Gazeta do Norte*, que encontrei uma quantidade expressiva de informações que possibilitaria uma análise aprofundada do tema. Inesperadamente, logo que comecei verificar os exemplares do arquivo, me deparei com a seguinte reportagem: “A legião dos rejeitados, o que, de certa maneira, aguçou ainda mais meu interesse sobre o assunto. E a mesma discorria justamente sobre os migrantes que eram retidos na cidade. Sobreveio então, o primeiro questionamento: quem? E por qual motivo esses sujeitos eram impedidos de prosseguir? Com o avanço daquela investigação, logo foi possível constatar que Montes Claros era uma espécie de “Porta do Mundo”, como fez menção *O Observador Econômico e Financeiro*, uma fonte suplementar que subsidia esse estudo<sup>1</sup>.

Conforme *O Observador* (1939), as agências que recrutavam trabalhadores para o estado de São Paulo, como o próprio governo, mantinham filiais em Montes Claros no intuito de agenciar mão de obra. Constavam desse serviço de “seleção” exames médicos, vacinação e uma espécie de quarentena de oito dias para evitar que os migrantes doentes viajassem. Para os considerados aptos, era concedido hospedagem e o bilhete de passagem. Aqueles que eram “rejeitados” pela política de controle, permaneciam na urbe, uma grande parte desses sob a condição de desabrigados.

O contato com a história daqueles migrantes me alertou para um aspecto pouco explorado pela historiografia da migração e a mobilidade, pois aquelas informações davam conta justamente do *espaço intermediário*, ou seja, a jornada, a travessia do migrante. E essa é umas das questões que esse artigo também tangencia. Outro dado que chamou atenção foi a maneira como o jornal *Gazeta do Norte* se referia aos migrantes e a sua presença. Ao mencionar o número de cinco mil “retirantes”, e a chegada diária de novos contingentes de “flagelados”, o contexto urbano foi referido da seguinte maneira,

era um quadro vivo impressionante de dantesco aspecto: a miséria, a prostituição, as crianças atacadas de paralisia infantil, deitadas a beira da estrada, os tuberculosos ao relento, e a peste campeando livremente e arrastando todos aqueles desgraçados à vala comum da morte (*Gazeta do Norte*, junho de 1939). [...] A cidade está parecendo um imenso hospital / um asilo, suas ruas estão cheias de doentes, que estendem a mão a caridade pública: / os passeios da cidade vivem cheios desses infelizes (*Gazeta do Norte*, 1939, p. 13).

Ao fazer referência a esses homens, mulheres e crianças, poucas vezes essa imprensa utilizou a terminologia migrante. Mas sempre como “flagelados”, “retirantes”, “pobres” e

---

<sup>1</sup> Outras fontes que fornecem dados sobre a migração: REVISTA de Imigração e Colonização; os boletins do Departamento de Imigração e Colonização de São Paulo e o Arquivo Municipal Ivan Lopes, Montes Claros/MG.

“mendigos”, esses são penas alguns. Outras questões também são recorrentes, como as doenças, a mendicância, os assaltados e a violência, que também foram atribuídos a eles. A partir dessa constatação surgiu outro questionamento: o que justificaria a maneira como os migrantes eram representados no periódico? Nesse sentido, é importante entender a trajetória do jornal.

Ao escolher trabalhar com a imprensa como aporte de pesquisa, Cruz e Peixoto (2007) lembram que é preciso transformá-la primeiramente em fonte. Nesse sentido, ela possui uma linguagem própria do social, assim como historicidade e peculiaridades que requerem ser compreendidas na relação imprensa e sociedade. A *Gazeta do Norte* foi fundada por José Tomaz de Oliveira, Luís Severiano de Oliveira e Ary de Oliveira, em 5 de julho de 1918. Depois de 1931 passou a ser gerenciado por Jair de Oliveira, filho de Ary, até seu falecimento em 1930, quando encerrou suas atividades. Era um jornal com características mais “modernas”, em relação ao seu concorrente o *Montes Claros* (1916 a 1922), por exemplo, pois através da estética gráfica ele procurava ser atraente para os leitores.

Outro aspecto que as autoras chamam atenção é em relação à necessidade de identificar os grupos e forças sociais atuantes. Transformar o jornal em fonte é uma opção feita pelo pesquisador, mas é preciso lembrar que ele não é constituído para esse fim, por isso carece de um tratamento teórico-metodológico. Contudo, não se pode negar que a imprensa é um: “Manancial fértil para o conhecimento do passado fonte de informação cotidiana material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 04).

No contexto da *Gazeta do Norte*, destaca-se a sua ligação política com o deputado Camilo Prates, defensor do “progresso” e do “desenvolvimento” da cidade. As matérias geralmente eram escritas por profissionais liberais, como médicos, empresários e advogados, o que tornava possível o acesso privilegiado às informações que compunham os editoriais. Inclusive as reportagens não eram assinadas, o que só facilitava o posicionamento desses sem se expor. Procuravam sempre chamar atenção para a capacidade que a cidade tinha para desenvolver, sobretudo no aspecto econômico e urbano. Assim como reivindicar junto aos políticos da esfera estadual e federal os recursos financeiros públicos para obras em Montes Claros (MELLO *et al*, 2017).

Uma vez que a *Gazeta do Norte* funcionava como porta voz dos objetivos políticos, ligados sobretudo ao grupo do deputado Camilo Prates, essa imprensa se volta para o contexto da migração e vai se valendo dessa condição de local de concentração de migrantes, sob a alegação de que a chegada desses acarretou diversos “problemas”. E a partir dessa constatação é possível observar as constantes reivindicações, no intuito de que fossem destinados investimentos para o município, que tinha infraestrutura urbana precária. O posicionamento e as representações, que não são neutralidade, feitas pelo jornal, segundo esses autores:

inscrevem-se no plano dos interesses de quem as produz, em determinadas ocasiões, a *Gazeta do Norte*, caracterizava Montes Claros como uma cidade não civilizada, o que nos leva a inferir o interesse do jornal em reivindicar melhorias para a cidade a partir do

discurso de cidade pobre e miserável, cuja maioria da população era constituída de analfabetos. Ou seja, quando fazia denúncias, reivindicava investimentos públicos, tecia críticas ao estado de abandono pelos poderes públicos ou mesmo ao descuido da sua população (MELLO *et al*, 2017, p. 35).

O discurso era sempre construído em volta dos transtornos que a presença dos “retirantes” causava à cidade. Alertavam também que, devido a política de mão de obra, a qual o governo federal era incentivador e financiador, Montes Claros era ignorada no contexto desse processo. É importante observar que a partir do Estado Novo o governo federal passou a controlar a política migratória no país. Por isso pode ocorrer algumas referências no texto a esse e não ao governo de São Paulo, que estava sob intervenção federal.

Quanto à origem desses migrantes que chegavam em Montes Claros, eles eram do estado da Bahia, sobretudo da Chapada Diamantina e região central, assim como do norte do estado de Minas Gerais. A seguir consta uma breve descrição desses locais:

A massa humana, ora em conta-gottas, ora em caudal, mas ininterruptamente, desde Urandy, vem gente de Umburanas, Monte Alto, Guanaby e Caitité, de Caitité por seu turno, já vem gente de Macahubas, Riacho de Sant’ Anna, Contendas, Paramirim, Minas do Rio da Contas, Dr. Seabras. Vem também criaturas de Caculé, onde vão parar vinda de Bom Jesus dos Meiras, Palmeiras e Ituassu. Em Candeúba forma outro ponto de Sub-concentração de onde deflue para Montes Claros os migrantes de Conquista, Jequié, São João do Alipio e Pocões (O Observador, 1939, p. 54).

Percebe-se que essas são as localidades de maior predominância, mas isso não é exclusivo, afluíam pessoas para Montes Claros também de diversas regiões do Brasil. Os chamados “bahianos”, esse era o termo mais usado para se referir aos migrantes, “sejam quaes forem seus pontos de procedência” (O Observador, 1939, p. 53)<sup>2</sup>. A *Gazeta do Norte* costuma também fazer referência aos pernambucanos, percebemos que era um nome usado na região de maneira genérica.

Diante da contextualização do objeto e os sujeitos desse estudo, o presente artigo tem como objetivo analisar as representações e discursos feitos pela elite local através do jornal *Gazeta do Norte* em relação aos migrantes “rejeitados” em Montes Claros pela política de controle da migração, na década de 1930. A justificativa para esse recorte se deve ao fato de que, a partir de 1940, com retomadas das obras da ferrovia, foi possível constatar algumas mudanças em relação a esses trabalhadores. A sua mão de obra passou a ser considerada fundamental, sobretudo na construção da estrada de ferro, devido a migração dos norte-mineiros para São Paulo.

---

<sup>2</sup> A cidade de Pirapora/MG também era local de chegada dos migrantes via transporte fluvial. Aqueles que desembarcavam nessa cidade também eram chamados de modo generalizado de bahianos, mas eram de diversas localidades. Entre algumas delas mencionamos: “[...] Sergipe, Alagôas, Ceará, Piauí, Pernambuco” (O Observador, 1939, p. 53).

Para Serge Moscovici (1978) as representações sociais não derivam de “opiniões” ou “imagens”, mas sim de teorias coletivas relacionadas ao real, formadas por um sistema que funciona a partir de uma lógica e linguagem próprias, que se estruturam com base em valores e conceitos. Que por sua vez determinam o campo onde é possível os grupos comunicarem seus valores e ideias, assim como as condutas desejáveis e admitidas pelos mesmos. Constituídas por uma rede de significados em torno de um objeto, vinculando-o a valores e práticas sociais.

Dentro das três dimensões apresentadas pelo autor, ele destaca que a atitude é uma orientação geral, as vezes pode ser favorável ou não em relação ao objeto da representação. A informação sobre como o grupo organiza seu conhecimento sobre o objeto. E a última é relacionada à ideia de imagem, que faz menção ao conteúdo concreto e limitado de presunções alusivas a um determinado aspecto conciso do objeto, o que implica que os elementos constituidores são admitidos a partir de uma unidade hierarquizada. Enquanto o discurso, segundo Durval Muniz de Albuquerque Junior (2009), tem como intenção causar algum tipo de efeito ou acontecimento com suas palavras. O autor enfatiza que, com Jacques Le Goff e Michel Foucault, o mesmo deixa de ser visto apenas como fonte de informações do passado, ou seja, ele passa de monumento para documento. Para adotá-lo como fonte é necessário ir além do ser caráter informativo, isto é, como ele foi elaborado, sua época, seu autor, a conjuntura política do momento e o contexto social e econômico. O discurso segue normas estabelecidas com base em valores culturais e históricos, obedece aos padrões, o que implica em relações sociais de poder, que pode incitar, limitar ou ainda proibir o que é dito.

As mudanças de viés metodológico e conceitual na historiografia do trabalho, a partir dos anos de 1970, levaram os pesquisadores a ampliarem a compreensão desse campo de estudo, no intuito de contemplar os diversos aspectos relativos aos trabalhadores e que se mostravam fundamentais. O arcabouço teórico, as possibilidades de pesquisa e o conceito de trabalhador foram ampliados. Isso devido ao fato de que no “imaginário acadêmico” as narrativas só contemplavam os momentos de luta e mobilização política, sob a condição de membros do movimento operário organizado. Se por um lado ocorreu certo afastamento da tradição ensaística das grandes interpretações, os autores enfatizam que passaram a ser almejados diversos grupos de profissionais e suas formas de organização, incluindo fluxos migratórios, assim como o cotidiano fora das fábricas. As mudanças até aqui apresentadas alcançaram também o universo das fontes utilizadas pelos pesquisadores, “com a utilização de processos judiciais, imprensa operária, correspondências diplomáticas, fontes policiais, depoimentos orais” (CHALHOU; SILVA, 2009, p. 34). O recorte geográfico também foi expandido, outras regiões passaram a constar nas pesquisas, além de São Paulo e Rio de Janeiro.

O estudo de Antônio Luigi Negro e Flávio Gomes (2006) é uma contribuição dentro da história do trabalho com interface com a migração. Os autores sinalizam exatamente as mudanças que ocorreram a partir dos estudos de E. P. Thompson, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Museu Nacional). Essas pesquisas abordaram os trabalhadores do Nordeste, os rurais, urbanos, os camponeses e proletários. Destacam os

autores que: “Estudos com vigência na época os tinham como desqualificados, em termos políticos e culturais, sendo responsabilizados pelo ‘atraso’ da classe operária no setor ‘moderno’ da economia” (NEGRO; GOMES, 2006, p. 05). Devido à migração, o movimento operário, conduzido pelos europeus teria sido prejudicado. A contribuição de Thompson e a perspectiva marcada pelo costume questionavam esse entendimento e a passividade atribuída ao proletariado de origem rural. Esses passaram a ser analisados a partir de “suas complexas relações de influência, teias de cultura e poder” (NEGRO; GOMES, 2006, p.5). Isto é, passou a ser considerado o contexto mais amplo das experiências e vivências desses trabalhadores. Inclusive, ressaltamos que essa é uma perspectiva também apresentada em *Mundos do Trabalho*, por Eric Hobsbawm, onde o historiador expõe o movimento operário, não como uma expressão abstrata, mas a partir das experiências de pessoas reais. Nesse sentido, as ideias que fundamenta a luta do movimento operário são enraizadas no próprio cotidiano da classe trabalhadora<sup>3</sup>.

Para Alexandre Fortes (2016), a classe trabalhadora antes era vista como um todo fechado em sua própria cultura, foi então que a atenção se voltou para as mudanças e a tensão constante que faziam parte desse universo. Na maioria das vezes permeada por elementos integradores e desintegradores. O autor também observa a crítica à visão de Marx, de que os trabalhadores dispõem apenas da sua força de trabalho como mercadoria, como é enfatizado a seguir:

Criticando essa visão teleológica, Linden constrói um modelo que diferencia as condições de “portador” e de “possuidor” da força de trabalho, e identifica situações “autônomas” e “heterônomas” em que o trabalhador “vende a sua própria força de trabalho” ou “não vende a sua própria força de trabalho” (FORTES, 2016, p. 599).

A partir dessa percepção é possível detectar outras relações de trabalho capitalistas, como, por exemplo, o trabalho por conta própria. As circunstâncias adversas nas quais os migrantes se deparam “os obriga a desenvolver estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária” (FORTES, 2016, p. 599). Isto é, a postura é enfrentamento.

O migrante que estamos retratando estava inserido em um contexto econômico “capitalista” e industrial, que do ponto de vista de João Manuel Cardoso de Melo e Fernando A. Novais (1998) era fortemente marcado pela desigualdade, assim como a ilusão de que as oportunidades estavam ao alcance de todos e uma sociedade onde o valor de cada um era determinado pelo mercado. A cidade também possui uma estrutura um tanto desafiadora, se antes ele tinha que lidar com o tradicionalismo do campo, a nova realidade passa a ser o mundo da concorrência do espaço urbano ou nas fronteiras agrícolas, distanciadas da lei. Porém, a possibilidade de mudança de padrão de vida foi uma realidade que precisa ser observada na

---

<sup>3</sup> “O tema principal desses estudos é a formação e evolução das classes trabalhadoras no período entre o fim do século XVIII e meados do século XX, bem como a relação entre a situação em que tais classes se encontraram na sociedade e a ‘consciência’, os modos de vida e os movimentos que elas geraram” HOBBSAWM, 2015, p.11).

história da trajetória do migrante. Um contexto, o qual lembra os autores, “o migrante rural também se sente um vendedor” (MELO; NOVAIS, 1998, p. 584). Isso porque os imigrantes estrangeiros se sobressaíram nas mais diversas atividades econômicas do país. Já no caso dos brasileiros, muitos chegavam das cidades com pouca ou nenhuma qualificação profissional, mulheres que antes viviam restritas à pobreza do campo,

se tornam empregadas domésticas, caixas, manicures, cabelereiras, enfermeiras, balconistas, atendentes, vendedoras, operárias [...] os homens, ascensoristas, porteiros, vigias, garçons, manobristas de estacionamentos, mecânicos, motoristas de taxi, operários de fábricas. Alguns chegam a trabalhos especializados na construção civil, pedreiros, encanadores, pintores, eletricitistas (MELO; NOVAIS, 1998, p. 585).

Diante das transformações rápidas e profundas da sociedade, entre seus protagonistas estão aqueles que compõem a sociedade em movimento, que saíram da cidade pequena e pacata do interior do Brasil, rumo a uma vida agitada da cidade média ou mesmo da metrópole acelerada e alucinante. Nesta deparam com a possibilidade da dinâmica do movimento, ou seja: “de um emprego para outro, de uma classe para outra, de uma fração de classe para outra, de uma camada social para outra. Movimento de ascensão social, maior ou menor, para quase todos” (MELO; NOVAIS, 1998, p. 586). Essa perspectiva nos mostra que, se por um lado, durante a jornada, o migrante se deparava com inúmeros desafios, por outro, é possível perceber também as possibilidades. O migrante é, sobretudo sujeito da sua própria história.

No caso do Brasil, especialmente a partir da década de 1930, uma parte significativa da mão de obra empregada na agricultura e indústria era proveniente dos migrantes. Alguns fatores contribuíram para a redução da vinda dos trabalhadores estrangeiros, como surgimento de uma economia industrial, embora ainda incipiente, e a exigência de novos padrões de urbanização. A crise de superprodução do café também foi um agravante, o que levou a suspensão dos subsídios para os estrangeiros (BASSANEZI, 2012). A configuração do novo tipo migratório se destacou pela crescente migração rural-urbana, em decorrência das mudanças e as diversificações do agro paulista. Os trabalhadores rurais de Minas Gerais e do Nordeste se deslocaram para São Paulo em grandes quantidades, a partir da “Crise de 29” (BAENINGER, 2012). É perceptível a transferência de grandes contingentes populacionais nesse período, sobretudo para o sudeste do país.

Os estudos sobre migração no Brasil, no século XX, também passaram por mudanças no intuito de construir uma análise mais ampla. Paul Singer (1998) defendia a tese de que a migração foi fundamentada no paradigma histórico-estrutural, a mesma seria o resultado dos fatores de expulsão e atração. Contudo, já a partir da partir da década de 1970, outra perspectiva de estudo questionou esse caráter definitivo baseado no êxodo rural, e destacou que muitos migrantes retornavam para suas áreas rurais. Essa seria uma estratégia da reprodução social das famílias.

Para Paulo Fontes (2008), as famílias nordestinas tinham como estratégia a migração temporária, sobretudo as primeiras gerações que vieram para São Paulo, pelo menos a metade desses voltavam para suas terras. O autor identificou mudanças significativas nos fluxos migratórios que eram predominantes desde a década de 1930 no Brasil, com a chamada migração de retorno ou múltipla. Ele também alertou para a necessidade de uma revisão teórica, assim como das tipologias que analisam a migração. Outra contribuição nesse sentido foi realizada por Marilda Aparecida de Menezes (2012), que ressalta a necessidade de considerar a ideia de fixação, ou seja, esse sujeito, mesmo em permanente mobilidade, sempre têm uma localidade de referência. Esses locais podem ser os bairros, sítios, povoados municípios onde residem parentes e amigos, lugares de memória e pertencimento.

A constituição de territórios a partir da migração, segundo Odair da Cruz Paiva (2012), acontece a partir de fenômenos complexos, coletivos e com a presença de redes sociais como suporte. Outro elemento a ser considerado é em relação à sociedade receptora, que costuma conceber a presença do migrante apenas como força de trabalho e até mesmo como intruso. Mas esses últimos subvertem essa ideia redutora das suas potencialidades e demonstram capacidade de modificar em grande magnitude aquele novo espaço social. Inclusive, ocorre nesses territórios a necessidade de criar locais de pertencimento e vínculos com a região de origem.

As disputas por inserção e pertencimentos são constantes, de acordo com Paiva (2012). Contudo, necessariamente não prevalece uma homogeneidade, percebe-se seu caráter híbrido, embora se reivindique certa identidade. São diversos os territórios compostos por migrantes em São Paulo, o autor destaca, como exemplo, São Miguel Paulista. Esse se constitui a partir da chegada da Companhia Nitro Química Brasileira, em 1935, e marcou o afluxo e estabelecimento dos migrantes nordestinos, que se tornaram predominantes numa periferia de terrenos baratos, antes habitados por portugueses e japoneses. Percebemos que o autor destaca no seu estudo justamente como que a apropriação e a constituição do território pelo migrante são permeadas por lutas, inserção e resistência.

Segundo Ana Lia Farias Vale *et al.* (2012) as tecnologias desenvolvidas, sobretudo aquelas relacionadas aos meios de transportes, também é um fator importante para facilitar os deslocamentos dos migrantes, como a ampliação da rede ferroviária, por exemplo. Outro apontamento feito pelos autores é em relação aos destinos dos migrantes até a década de 1980. A partir de 1930 incidiu para o núcleo industrial São Paulo - Rio de Janeiro; em 1940, 1950 e 1960 em direção ao Paraná, Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul; já em 1970 Mato Grosso e toda a região Norte.

A década de 1980 marcou o período de migração para a Amazônia, na história do país foi a mais elevada e a primeira vez na direção dessa região. Ana Lia Farias Vale *et al.* (2012) observa que foi constatado um aumento populacional maior que aqueles das regiões Sul e Centro-Oeste. A migração na direção da fronteira agrícola também possibilitou um maior crescimento da sua área rural, sobretudo para os Estados de Rondônia e Pará.

O incentivo da migração interna no Brasil a partir da década de 1930 é outro importante elemento a ser considerado. Paiva (2004, p. 227) ressalta que: “A opção pela recepção de trabalhadores nacionais implicou na emergência de um novo discurso que exaltasse as qualidades do trabalhador nacional, ao mesmo tempo, que construía em São Paulo um polo atrativo para esses trabalhadores”. O autor enfatiza também que: “A inserção de trabalhadores migrantes nas atividades agrícolas em São Paulo entre os anos 1930 e 1950 pode ser considerada o principal objetivo da política migratória do período” (PAIVA, 2004, p. 105).

Desde que a migração interna passou a ser incentivada pelo governo brasileiro, Montes Claros se tornou uma “cidade de triagem”. Inicialmente sediava “bases” das empresas<sup>4</sup> que arregimentavam trabalhadores para outros estados. As incumbências eram divididas entre essas e o governo, como mostra o autor:

Até 1939 a arregimentação dos trabalhadores, triagem, inspeção médica no ponto de embarque e autorização das autoridades locais para a liberação dos migrantes foram de competência exclusiva dos agentes contratantes. À Secretaria da Agricultura cabia o registro e controle dos pedidos de trabalhadores migrantes e destino dos mesmos (PAIVA, 2004, p. 123).

E a partir de 1939 foi estabelecida uma filial do serviço de migração do Estado de São Paulo, a Inspetoria do Trabalhador Migrante (I.T.M.). Paiva (2004) lembra que as cidades contempladas foram justamente aquelas de maior fluxo de migrantes: Montes Claros e Pirapora. Embora essa última seja mencionada como local de chegadas desses sujeitos, não foi registrado na ocasião uma concentração desses na mesma intensidade como ocorreu em relação àquela primeira. Um dos motivos que podemos conjecturar é o fato de que Montes Claros, naquele período, já funcionava como referência para as outras cidades do Norte de Minas, no que diz respeito ao setor de serviços e o comércio em geral, inclusive, sediava diversos órgãos públicos. O que pode ter contribuído para atrair esses sujeitos.

Outro aspecto que o autor realça é o objetivo da Inspetoria, isto é, “[...] a criação da I.T.M. também reorganizou a dinâmica dos pedidos de trabalhadores vigentes no período 1935-39” (PAIVA, 2004, p. 117). Ressalta ainda que os objetivos em torno da criação da mesma perpassam pelo crescimento do fluxo migratório na final da década de 1930 para o Estado Paulista e a tendência de onerar os cofres do Estado. Ele chama atenção também para as ações centralizadoras colocadas em prática pelo poder público a partir do Estado Novo, o que acabou desarticulando os interesses das companhias privadas no agenciamento de mão de obra.

O primeiro enfrentamento na qual os migrantes se deparavam no espaço intermediário da mobilidade diz respeito à sobrevivência. E no nosso entendimento, dentro do contexto analisado, essa não deixa de ser uma “prática de resistência” fundamental. Isso porque as

---

<sup>4</sup> Sobre o assunto as autoras afirmam que: “Algumas destas empresas (agências de recrutamento) eram: F. Sodré Filho, Cia Itaquerê, Companhia de Agricultura, Imigração e colonização (CAIC), Sociedade Introdutora de Trabalhadores Agrícolas Ltda. Estas empresas, no geral, tinham entre seus sócios, empresários ligados a outros setores econômicos” (TESSARI; COSTA, 2019, p. 527).

necessidades básicas como alimentação e hospedagem não era algo garantido, por exemplo, quando eram rejeitados em Montes Claros. Obtê-los em uma cidade onde esses sujeitos não passavam de “forasteiros” e “indesejados” era um grande desafio e na maioria das vezes custava um alto preço. Em Montes Claros, se quisessem descansar, tinham que pagar pelo aluguel até mesmo das sombras árvores e os beirais dos telhados:

Si tem algum recurso, o emigrante procura uma pensão, das muitas – como a “Pensão Pinduca”, a “Pensão Juvenil” e outras, escuras casas de beira-rio, – onde lhes são cobradas diárias de 6\$ a 7\$ por pessoa. Outros allugam quartos, onde se alojam dezenas de pessoas à razão de 500 réis por dia e por cabeça. Outros, ainda procuram a sombra das árvores para se abrigar, e às vezes lhes são cobrados alguns tostões pelas sombras. Outros ainda, mercê de alguma influência, conseguem, por \$300, descansar á sombra de casas, sob algum telheiro avulso (O Observador, 1939, p. 55).

O que percebemos é que essa era uma trajetória marcada por muitas incertezas e poucas garantias de que, ao pisar o solo norte-mineiro e passarem pelo centro de triagem, seriam considerados aptos para seguir viagem. Ao receberem um “não”, quais pensamentos vinham à tona? Medo? Desespero? Desilusão?

A jornada até o Norte de Minas já pode ser considerada uma “odisseia” marcada não por poucas “pelejas”. Geralmente em transportes fluviais pelo Rio São Francisco, desembarcando na cidade de Pirapora, situadas a 169 km de Montes Claros ou em caminhões. Todavia, as fontes informam que muitos percorriam esse trajeto, ou pelo menos parte dele, caminhando, como é evidenciado: “Esses infelizes, arrastando a alpargata de couro na poeira da estrada, veem sofrendo pelos caminhos afora, a pé, até onde encontram caminhões que os transportam até aqui” (Gazeta do Norte, 1939, p. 15). Contudo, as terras paulistas, por exemplo, ainda permaneciam distantes o suficiente para ser necessário recorrer a outro meio de transporte para concluir o itinerário, nesse caso a Estação da Central do Brasil em Montes Claros.

Nessa etapa do trajeto destaca-se também a quantidade de acidentes com vítimas feridas e óbitos, em veículos que conduziam os trabalhadores. As causas podem ser constatadas desde o transporte em carroceria de caminhões sem nenhuma segurança, imprudência de motoristas bêbados e condições precárias das estradas na ocasião. Entre muitos, selecionamos alguns a título de exemplo: “Um caminhão cheio de flagelados, precipita-se pela serra, matando seis passageiros e ferindo 26 [...]”. Já no corpo da matéria é mencionado: “Das vítimas do impressionante desastre, seis morreram quase instantaneamente, sendo duas crianças, três mulheres e um homem” (Gazeta do Norte, junho de 1939). O mais impressionante é que foi constatado que no momento do acidente o motorista estava alcoolizado, “pois havia bebido nos Dois Riachos, oito quilômetros antes da serra de Catuni, local do terrível desastre, uma forte dose de cachaça”. No mês seguinte o jornal novamente divulgou: “Mais um impressionante desastre de caminhão: Um carro cheio de flagelados precipita no abismo, matando dez passageiros e ferindo 25” (Gazeta do Norte, julho de 1939). Dessa vez o ocorrido foi próximo à cidade de Guanambi, Bahia, o mesmo tinha como destino Montes Claros. A maneira como as

matérias eram veiculadas, sempre, iniciadas com o adverbio de intensidade “mais”, deixa perceptível que os acidentes eram frequentes, assim como a vitimização dos migrantes.

Os trabalhadores migrantes já chegavam a essa cidade exaustos e debilitados por conta do percurso, que levava dias para ser realizado. Além das condições precárias, dispunham de poucos recursos financeiros e ainda utilizavam o escasso dinheiro que conseguiam reunir para pagar o transporte alugado (O Observador, 1939, p. 55). Ao chegar em Montes Claros muitos não podiam arcar com o custo de uma hospedagem. Essas condições não favoreciam em nada os trabalhadores, que, muitas vezes debilitados, precisariam passar por triagem. Entretanto, essa é uma realidade que a *Gazeta do Norte*, representa de uma maneira funesta:

Quatro a cinco mil, no entanto, estão ahi escorados nas pontas dos trilhos, aumentando dia a dia por novas levas que batem as estradas a pé a maioria, de caminhão outros, todos em fim, com um pé fora e outro dentro da cova. E é aqui, que eles são capazes de terminar sua “v a crucis”, botando, de vez os dois pés dentro do buraco para descanso eterno (Gazeta do Norte, 1936, p. 10).

Lembrando que se trata de um período o qual as estruturas de serviços médicos e medicamentos eram precários, quase inexistentes nos interiores do Brasil. E nessa cidade não era diferente, não seria difícil obter o diagnóstico de não saudáveis. O cenário, novamente é referenciado, com foco nos problemas de saúde que os migrantes possivelmente possuíam, o que os tornavam inúteis ao trabalho.

*Os imprestáveis*, os loucos, os portadores de moléstias contagiosas, os cegos, os aleijados, os papudos, aqui ficam abandonados [...]. É uma desigualdade revoltante auxiliar as pessoas fortes, e negar auxílio àquelas que são necessitadas. É uma desumanidade abandonar nas ruas de uma cidade, cegos, aleijados, tracomatôso, [tracôma], beócios, papudos e outros doentes sem casa, sem abrigo, sem pão, quando podia perfeitamente socorrê-los (Gazeta do Norte, 1939, p. 09) (grifos do autor).

Essa percepção desconsidera, por exemplo, o fato de que esses trabalhadores não atenderam aos requisitos exigidos daquele serviço de recrutamento, o que não significa que são “incapacitados” para o trabalho. A própria jornada, por exemplo, da sua terra natal até Montes Claros já demonstra a resistência e força desses sujeitos.

Para o prefeito da época, a migração era um “problema social” ou “praga social”, como é possível constatar a seguir, sobre a presença dos trabalhadores e a maneira que eles encontraram para sobreviver: “A mendicância em Montes Claros, nesses últimos tempos vem assumindo proporções de uma verdadeira praga social” (Gazeta do Norte, 1935, p.05). Edir Cardoso Júnior (2008, p. 61), ao analisar a fala do prefeito Dr. Santos, também assinala que: “Na visão do prefeito, a passagem dos migrantes pela cidade era, inequivocamente, um ‘problema’, o qual lhe parecia ‘permanente’, ‘inevitável’ e com ‘tendência’ a ‘aumentar’”.

O ponto de vista do Bispo Luiz Victor Sartori em nada se difere ao se referir aos trabalhadores, ou seja, como “praga social”, com o acréscimo de que eram suscetíveis à degradação física e moral. Inclusive, os crimes, como roubo, assassinato, o aumento da

prostituição, envolvendo até mesmo as crianças eram atribuídas aos migrantes. Baseado no fato da cidade ser corredor migratório para onde afluíam grandes contingentes de retirantes, o religioso interpreta esse fato como uma das “más consequências” da região. Edir Cardoso Júnior (2008, p. 58) ainda comenta sobre o assunto: “O testemunho de Sartori não nos deixa dúvidas que, na visão das camadas dominantes, o lado negativo de ser ‘centro de convergência’ afigurava-se na ‘enorme afluência de pobres’ em busca de ‘alívio para a própria miséria’”. Importante compreender essa representação do migrante como “retirantes nordestinos miseráveis” ou do Nordeste do Brasil como “lugar do atraso”, “de onde as pessoas se deslocavam fugindo da seca e da pobreza”. Segundo Paiva (2004, p. 198) essa visão foi construída a partir de uma lógica exógena da região e de determinados interesses sociais. Não era algo restrito ao discurso feito em Montes Claros, mas conveniente aos interesses políticos da época no Brasil.

As categorias frequentes que aparecem no jornal, ao se referir aos migrantes, são basicamente definidas em duas, ou seja, “imprestáveis” e os que “prestam”, como consta no fragmento seguinte:

São muitos caminhões que aqui chegam diariamente, abarrotados de flagelados que são despejados no prédio da antiga Escola Normal, onde recebem alimentação e são submetidos a rigoroso exame médico. Depois desse exame os que *prestam* são mandados pra São Paulo e outros estados onde encontrem trabalho (Gazeta do Norte, 1939, p. 10) (grifos do autor).

É interessante notar que a *Gazeta do Norte* sabia utilizar, em favor dos interesses, o rigor estabelecido pela triagem, sobretudo em relação aos migrantes que permaneciam, os rejeitados. Algo que não passou despercebido da nossa percepção é a presença das mulheres migrantes que não eram casadas, mas que, devido seu estado civil, também eram retidas. Como é ressaltado a seguir:

Ainda em dia dessa semana, em nossa redação estiveram três pobres mulheres que vieram nos explicar suas situações de penúria e pedir um auxílio, pois que foram jogadas na rua, não podendo nem ao menos ficar no casarão imundo, fétido e insuportável, onde estão alojados os demais flagelados. [...] As duas outras não recebem comida porque vieram sozinhas sem um homem que as acompanhassem. Por isso, foi lhes negado também o passe para São Paulo (Gazeta do Norte, 1939, p.09).

Predominava a preferência pelas famílias, um tipo mais fácil de manter o controle. Nenhum outro aspecto físico chamava mais atenção que a desnutrição devido à fome, segundo o Jornal, essa era visível. As mesmas estavam morando debaixo de uma árvore, junto ao curral dos animais ao lado da estação. Esse talvez fosse uma estratégia dessas mulheres, até mesmo em relação à sua segurança. O fato de ser mais de uma mulher também demonstra que, possivelmente, elas constituíam grupos para realizar essa jornada.

Burlar o serviço de triagem também não era algo que deveria ser cogitado. Pois, mesmo com a escolha criteriosa e objetiva, quando esses sujeitos chegavam ao estado de São Paulo, novamente eram submetidos aos novos exames. Caso fossem reprovados eram mandados de

volta. O que pode ser confirmado a seguir: “O serviço de socorro ao flagelado [serviço de migração] não manda os doentes para São Paulo, abandona-os aqui porque, se os mandar, eles serão devolvidos imediatamente. Montes Claros é que deve ficar com a escoria. Assim pensam eles” (Gazeta do Norte, 1939). O que mais chama atenção é que os migrantes são devolvidos não pra sua terra natal, mas a passagem de volta era concedida apenas até Montes Claros, que na ocasião era cidade Ponta de Trilhos.

A política de mão de obra também abandonou os trabalhadores pelo meio do caminho em outra circunstância. Dentro da mobilidade desses migrantes, Paiva (2004) observa que a I.T.M. tinha um serviço denominado de *recâmbio dos trabalhadores*. Num primeiro momento, essa parecia ser uma ação coerente e justa, uma vez que a mesma era destinada àqueles que “queriam”, mas que, em nossa concepção, na verdade eram forçados por circunstâncias pessoais a voltar para seu local de origem. São realçadas ainda as causas desse retorno: “Os motivos alegados pelos trabalhadores para solicitação do recâmbio demonstram a fragilidade e a insegurança da sua inserção no campo. Dentre eles, doenças, baixos salários e falecimento do arrimo de família” (PAIVA, 2004, p. 163). Esses números correspondem a 82, 2% do total de pedidos, ressalta o autor. Entretanto, é perceptível a rede de contatos que esses migrantes estabelecem nesse contexto de mobilidade, como, por exemplo, o fato de que alguns permaneciam em casas de parentes nesse retorno para Montes Claros, segundo ao autor. O que só amplia aquela percepção das redes de contato estabelecidas pelos migrantes.

Na medida em que os grupos de migrantes eram retidos em Montes Claros, os números dos mesmos só avolumavam ainda mais. Comparamos o contingente populacional dos moradores da cidade com os dados referentes aos trabalhadores recém-chegados. No início da década de 1930, a população urbana do município era de 8.360 habitantes. Enquanto as informações referentes aos migrantes em 1934 são de 9.060. No ano seguinte foram contabilizados 10.101 retirantes (Gazeta do Norte, 1936, p.08). O que mostra que esse aumento era significativo a cada ano. Eles poderiam ser encontrados desabrigados em diversas partes da cidade, “acampados próximo da catedral em construção, praças, abrigados sob as árvores”. Inclusive, convivendo ao lado dos animais, que aguardavam o embarque nos currais da Estação (Gazeta do Norte, 1936, p.09).

Montes Claros, de acordo com a *Gazeta do Norte*, nesse período era “promissora” no que diz respeito ao desenvolvimento urbano e econômico. Contudo, a presença dos migrantes, oriundos de outro ambiente não condizia com a pretendida nova realidade “cosmopolita”; uma palavra comum nesse período no vocabulário dos montesclarenses. Passaram então, a ser vistos como uma “pedra no caminho” do “progresso”. Como é possível verificar a seguir:

A cidade, o município e o próprio Estado é que não poderão arcar com os ônus e o verdadeiro perigo infeccioso que representa essa legião de incapazes aleijados e doentes, a espalhar o vírus da descrença e de todas as moléstias, numa cidade cheia de energias num fluxo magnificante de trabalho e progresso (Gazeta do Norte, 1935, p.09).

Nesse sentido, Paiva (2004, p. 211) nos ajuda a entender esse contexto, pois segundo o autor, nesse período vigorava uma “lógica urbana” que justificava a dicotomia entre rural e urbano, ou campo e cidade, algo que também é constatado nas ideias presentes nas palavras dos editores da *Gazeta do Norte*. Observamos que em alguns períodos, sobretudo por volta de 1935, intensificou-se nas reportagens as referências aos migrantes como mendigos:

O número de mendigos em nossa cidade cresce diária e vertiginosamente [...], dando as ruas em certos dias da semana aspectos de uma verdadeira procissão de pedintes. E esse número vai aumentando dia a dia com os que chegam acompanhando os retirantes e aqui ficam, pois lhes são negados passes pelos agenciadores de trabalhadores que passam para o sul (*Gazeta do Norte*, 1935, p.09).

A relação que fazemos com esse momento é que em alguns períodos o serviço de recrutamento de trabalhadores parava de funcionar, muitas vezes devido a questões políticas entre os agenciadores e o governo que os financiava. A partir de 1935 ocorreu a reintrodução dos subsídios para a captação de mão-de-obra de maneira efetiva. Isso acontece devido à uma cobrança da parte dos agricultores paulistas, que reclamaram da escassez de trabalhadores. (TESSARI; COSTA, 2019).

Com o aumento dos retidos em Montes Claros, e a conclusão de que seria impossível combater a chegada de novos grupos, a estratégia passou a ser reclamar a retirada dos mesmos da cidade ou dificultar a vida deles. E a sugestão mais comum e constantemente encontrada nas reportagens foi restringir a fonte onde eles conseguiam algum auxílio para sobreviver: nas doações feitas pela população. Ou seja, impedir que eles recebessem esmolas diretamente das mãos dos moradores. Mas existem outras sugestões, como prisão, criação de colônias agrícolas, reunir recursos financeiros na própria cidade para custear a viagem dos migrantes para outros estados e o embarque dos tidos como “doentes” para os hospitais ou colônias que tratavam doentes mentais. É interessante destacar que o Estado atuou intensivamente nesse período, no intuito de ‘impor de cima pra baixo um quadro normativo de conduta que disciplinasse e colocasse sob controle [...] as ditas ‘classes populares’ ‘classes perigosas’” (CHALHOUB; SILVA, 2009, p. 42). Nesse caso, a Igreja Católica foi uma importante aliada no intuito de tentar combater a presença dos migrantes em Montes Claros.

No ano de 1936, a *Gazeta do Norte* divulgou que o delegado de polícia sugeriu que fosse realizada uma triagem e cadastro daqueles sujeitos que realmente estavam incapacitados para o trabalho. Mediante esse levantamento seria concedido uma “espécie de placa”, em forma de crachá para aqueles que fossem autorizados a esmolar nos locais públicos. A proposta de regulamentação da mendicância foi noticiada nos seguintes termos: “E como medida moral vou providenciar para que todos os mendigos sejam apresentados à Delegacia de Polícia, a fim de serem examinadas as suas condições, recebendo um certificado que os habilitaram a ser socorridos [...]” (*Gazeta do Norte*, 1936, p.12). O critério pra distinção era justamente se estavam aptos para trabalhar. É evidente que a maioria daqueles que foram rejeitados pela política

migratória, demasiadamente restritiva, não eram totalmente incapazes. Mas a tendência era categorizá-los como “vagabundos”, o que era considerado contravenção.

O plano da “regulamentação da mendicância”, como era chamado, foi colocado em prática em partes pelas autoridades locais, isso porque não temos informações se o projeto das placas de identificação foi levado adiante. Sabemos que outro tipo de assistência foi organizado, dessa vez com o auxílio da Igreja Católica, especificamente os Vicentinos. Como é aludido a seguir: “Segregados do público os mendigos, o povo deixará de dar-lhes, diretamente, as esmolas semanais passando a dá-las, entretanto, ao dispensário que for organizado” (*Gazeta do Norte*, 1936, p. 12). Essa estratégia atenderia as reclamações dos moradores, que segundo a *Gazeta do Norte* se queixavam da presença dos pedintes batendo nas suas portas esmolando ajuda. O fato é que, se ao recorrer aos moradores eles conseguiam alguma ajuda, demonstra que os mesmos estabeleciam contatos com as pessoas da cidade, onde possivelmente explicavam a sua situação e recebiam algum tipo de recurso. Possivelmente realizavam até mesmo pequenos serviços para esses, em troca de algum dinheiro.

O governo federal, através do Conselho Nacional de Migração e Colonização, também propôs algumas possíveis soluções em relação aos problemas que os migrantes vinham sofrendo. Isso, a partir da situação em que se encontravam os trabalhadores retidos em Montes Claros. Foi divulgado que: “sugere a criação de centros agrícolas nacionais. Propõe ainda, entre outras medidas, a construção de abrigos provisórios em Montes Claros e Pirapora e em outros pontos de concentração dos retirantes [...]” (*Gazeta do Norte*, 1939, p. 16). Em relação aos centros agrícolas, a ideia era manter a multidão de migrantes distante de Montes Claros, ou seja, no espaço rural<sup>5</sup>.

Não existem dúvidas que muitas medidas adotadas para livrar a cidade da presença dos migrantes foram justificadas com base na medicina social e nas políticas de higiene em nome da preservação da saúde e da tranquilidade da população, como foi informado: “Torna-se ainda um perigo para a população porque na maioria dos mendigos são portadores de moléstias e vivem por ahí, em contato com o povo e crianças” (*Gazeta do Norte*, 1939, p. 16). A sugestão feita pela *Gazeta do Norte* foi sempre com base no isolamento desses sujeitos, ou seja: “É preciso hospitalizar os que requerem tratamento” (*Gazeta do Norte*, 1939, p. 16). E uma das maneiras de legitimar essa ideia era tipificá-los sempre como vagabundos, mendigos, loucos e doentes. Não que nossa intenção seja negar ou minimizar esses problemas que atingiam a população, mas é visível a intenção política do jornal nesse sentido. A própria mídia explicita a sua atuação política contrária à presença do migrante: “Iniciamos nessa coluna uma campanha contra a desigualdade, contra essa intolerável seleção de proteger aos são e negar auxílio aos que mais necessitam [...]” (*Gazeta do Norte*, 1939, p.16).

---

<sup>5</sup> Ver: RIOS, Kênia Sousa Rios. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

A “política” de manter o migrante distante da cidade, ou afastá-lo dela, contribui também para que uma parte desses “migrantes loucos” fosse de fato enviada para sanatórios em Belo Horizontes e Barbacena, justamente devido à essa qualificação frequente desses sujeitos como doentes e loucos. E é possível que existisse migrantes com problemas mentais, mas é perceptível uma espécie de generalização no emprego desses termos na *Gazeta do Norte*. Nesse sentido, o trem de ferro pode ter contribuído, ou seja, “serviu para transportar para fora de seus domínios aqueles que de alguma forma pudessem impedir seu progresso. Era no famoso “trem de doido”<sup>6</sup>, que os loucos da região eram conduzidos para o hospital psiquiátrico” (MACHADO; CALEIRO, 2009, p. 56). Essa seria uma viagem, na maioria das vezes, sem volta. As autoras ainda realçam, “como o hospício, instituição criada pelo poder público para excluir socialmente o louco, o trem de ferro também serviu ao mesmo propósito: levar a carga insana à cidade dos loucos” (MACHADO; CALEIRO, 2009, p. 57). Nesse mesmo período, pelo que constatamos, parte desses anseios foram atendidos, a matéria da reportagem trazia o seguinte título em “letras garrafais” que dizia: “Os loucos vão ser, finalmente mandados para hospitais” (*Gazeta do Norte*, 1939, p. 16). Isto é, parte a campanha empenhada estava fazendo efeito.

O encarceramento dos mesmos também foi uma solução proposta, contudo faltava espaço para esse fim, como é ressaltado. Ou seja, também são tratados como “caso de polícia”. Como é mencionado:

Nele precisam colaborar a polícia e a prefeitura. A polícia pra corrigir os vagabundos, os falsos mendigos, que podem perfeitamente trabalhar [...]. A prefeitura para regular a mendicância fornecer um distintivo ao verdadeiro para que o povo possa distinguir do falso mendigo (*Gazeta do Norte*, 1937, p. 13).

O que demonstra que essa era mais uma estratégia da parte do Estado, no intuito de manter esses sujeitos sob controle, inclusive mantendo uma espécie de censo feito pela polícia. A estratégia, no entanto, que parece ter sido a mais eficaz foi adotada com a criação da Associação das Damas da Caridade. A mesma foi fundada com a justificativa de “prestar assistência social” àqueles que chegavam na cidade e permaneciam na condição de desabrigados. Contudo, essas “Damas”, geralmente esposas de pessoas “influentes” tinham um escopo fortemente político. De maneira velada elas tinham como objetivo combater os “indesejados” visitantes, como é possível verificar a seguir:

A Associação das Damas da Caridade, uma das mais humanas que aqui temos visto, justiça seja feita, tem lutado com afam no combate à desgraça dos flagelados, mas que esperança! Quando e como esse grupo de verdadeiras cristãs resolverá tal problema? Cerca de doze mil desses infelizes tiveram a situação resolvida partindo para São Paulo, Baixada Fluminense, e Paraná (*Gazeta do Norte*, 1936, p.12).

---

<sup>6</sup> Ver: MATTOS, Virgílio Antônio Cunha de. **Trem de doido: o direito penal & a psiquiatria de mãos dadas**. Belo Horizonte: Editora Uma, 1999. ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

A verdadeira intenção dessas “senhoras” era reunir recursos para financiar o “despacho” desses sujeitos para outras regiões, especialmente aqueles estados onde a entrada de migrantes não passava pela mesma restrição, como era o caso de São Paulo. Como consta no excerto, aqueles que contavam com o auxílio das “Damas da Caridade” foram enviados também para o Rio de Janeiro e Paraná.

Outra estratégia utilizada contra a presença dos migrantes foi relacioná-los com a questão da violência urbana, que segundo a *Gazeta do Norte*, teria crescido naquela ocasião. O próprio periódico atuou como um forte aliado nesse sentido. Essa ideia, segundo Santos (1998), geralmente é atribuída a esses sujeitos marginais desqualificando-os, onde é criada uma imagem depreciativa. É recorrente na história dos trabalhadores da cidade relacionar a pobreza ao crime, “misturando os que se tentavam marginalizar com a marginalidade” (SANTOS, 1998, p. 97). Algo que é análogo à realidade dos migrantes retidos em Montes Claros.

Nas diversas matérias publicadas na ocasião pela *Gazeta do Norte*, uma em especial nos chamou atenção, quando foi mostrado cerca de dez assaltos que foram cometidos na cidade, de maneira que seria impossível não alarmar o leitor. Nessa edição foi relatado que: “Montes Claros no momento está vivendo horas de sobressalto, isto devido uma corajosa ofensiva de uma turma de gatunos sobre a população local. Vários assaltos têm se verificado ultimamente. A quadrilha esta movimentando sem perda de tempo” (*Gazeta do Norte*, 1937). Inclusive nem mesmo a casa do padre teria sido poupada. Dessa vez a investida só não foi bem-sucedida porque o então reverendo, padre Lucas Van, recebeu o ladrão a tiros, como consta nesse fragmento:

O estampido acordou toda a vizinhança, que há muito andava sobressaltada. Ele partiu da residência do Rer. Padre Lucas Van In. O ladrão alli esteve, tentando arrombar uma porta. Conseguiu. Mas, isso somente, depois de ter despertado o padre Lucas que, armado de revolver, disparou a arma, não atingindo, entretanto, o alvo. E o homem escapou (*Gazeta do Norte*, 1937, p. 11).

A cada novo dia a *Gazeta do Norte* noticiava uma nova invasão, sempre com o mesmo desfecho, a casa era arrombada, o morador atirava contra o suposto assaltante, mas o mesmo nunca era almejado e sempre escapava ou sequer era preso, como consta no seguinte relato: “Na noite seguinte os estampidos foram ouvidos partiram da residência do sr. Marciano Simões. O ladrão lá esteve. [...] Os tiros partiram, não encontrando, porem, o alvo visado. (*Gazeta do Norte*, 1937). Desses inúmeros episódios a conclusão do Jornal era sempre a mesma, como uma maneira de justificar os fatos ocorridos: “Montes Claros, cidade que, como se sabe, é ponto de convergência de todos os que residem no Norte do Estado, e no Sul da Bahia” (*Gazeta do Norte*, 1937). O colunista finaliza reafirmando que as mazelas urbanas ocorrem devido a presenças dos “retirantes”.

O que chamou atenção é que em edições futuras a própria *Gazeta do Norte* faz menção aos exageros construídos acerca das “histórias dos ladrões” na cidade, que ela mesma contribuiu para difundir. A mesma, de maneira irônica, fez um retrato falado do possível bandido, e antes

foi noticiada a existência de uma quadrilha: “Um sujeito simultaneamente branco e preto, gordo e magro que, de uns tempos pra cá, tem posto de canto muita gente medrosa nessa pacata Montes Claros [...]” (Gazeta do Norte, 1937). A mesma urbe, que nas edições anteriores foi descrita como violenta devido às ações dos ladrões, agora é mencionada como tranquila. Em seguida completa: “Entretanto essa história de ladrão (história de mal gosto, convenhamos) está saindo muito cara a muita gente [...] dentro de poucos dias Montes Claros esquecerá essa história de ladrão, como esqueceu a do fantasma [...]” (Gazeta do Norte, 1937). Esse outro posicionamento do Jornal nos leva a conjecturar que essa estratégia de atribuir a violência urbana aos migrantes foi uma espécie de “tiro no pé”. Isto porque acabou reforçando ainda mais a ideia de uma cidade violenta e sem o controle do Estado, algo que não era interessante para os planos da elite local, dentro do ambicionado plano de “desenvolvimento” e “modernização” da urbe. Mas que na prática relacionava esses episódios de violência à presença dos migrantes, o que só reforçou ainda mais a “exclusão” vivenciada pelos mesmos, sobretudo em relação à população.

Conclui-se que na década de 1930 foram diversas as estratégias adotadas em relação à incômoda presença dos migrantes em Montes Claros, e que eram veiculadas na *Gazeta do Norte*. Embora a partir de 1940 outras medidas tenham sido adotadas com o objetivo de manter essa população sobre controle por parte do governo local. Como utilizá-los em serviços e obras da prefeitura e na continuidade das obras da ferrovia, pois foi retomado seu prolongamento. Percebemos, entretanto, que num primeiro momento a mobilização era mesmo no sentido de livrar a cidade da presença desses sujeitos. Oliveira (2011) nos chama atenção justamente nesse sentido, ou seja, como a sociedade concebe a migração, preocupa-se apenas com os problemas sociais que ela causa, enquanto a mesma deveria se voltar para aqueles que a causa, algo que constatamos nesse percurso da pesquisa. O autor afirma ainda que: “Nem todos os migrantes seriam “um problema social”, mas nas migrações estaria envolvido, sem dúvida, um problema social, que reside na dificuldade de inclusão do migrante” (OLIVEIRA, 2011, p. 24). Embora essa inserção, na maioria das vezes, ocorra a partir da insistência e resistência desses trabalhadores, que conseguem vencer a estrutura burocrática que procura controlar o processo de mobilidade.

### Fontes

Jornal Gazeta do Norte. Ano: 1930 – 1940.

O OBSERVADOR Econômico e Financeiro, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 47, fev. 1939a.

REVISTA de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, Ano VII, n. 1, mar. 1946.

### Demais referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas Fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

BAENINGER, Rosana. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2012.

- BASSANEZI, Maria Sílvia C. B. Imigração Internacional e Dinâmica Demográfica no Tempo do Café. In: TEIXEIRA, Paulo E.; BRAGA, Antonio M. C.; BAENINGER, Rosana (Orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- CARDOSO JÚNIOR, Edi de Freitas. **Experiência e poder na urbe em expansão**: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Revista Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol. 29, n. 59, p. 587-606, setembro-dezembro 2016.
- FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- HOBBSAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. 6ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- LESSA, Simone Narciso. **Trem de Ferro**: do cosmopolitismo ao sertão. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- MACHADO, Jaqueline Simone de Almeida; CALEIRO, Regina Célia Lima. Desenvolvimento social, trabalho e exclusão dos “loucos improdutivos”. In: XAVIER, Elton Dias; SANTOS, Gilmar dos (Orgs.). **Desenvolvimento social em perspectiva**. Belo Horizonte: Sografe, 2009.
- MELLO, Rita Tavares de *et al.* Educação, Imprensa e Sertão do Norte de Minas Gerais: lugar(es) de histórias. **Educação, Escola e Sociedade**, v. 5, p. 18-44, 2017.
- MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: OLIVEIRA, Luiz Antônio P. de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de (Orgs.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- PAIVA, Oldair da Cruz. **Caminhos cruzados**: migração e construção do Brasil moderno. Bauru, SP: EDSC, 2004.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza: 1890-1915. São Paulo: Annablume, 1998.
- SINGER, Paul. **Migrações internas**: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, Paul. Economia política da urbanização. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flavio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.
- PAIVA, Odair da Cruz. Territórios da Migração na Cidade de São Paulo: Afirmação, Negação e Ocultamentos. In: TEIXEIRA, Paulo E.; BRAGA, Antônio M. C. e BAENINGER, Rosana (Orgs.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. **Migrações e Mobilidades**: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio M. da Costa; BAENINGER, Rosana (Org.). Migrações: implicações passadas, presentes e futuras. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- TESSARI, Cláudia Alessandra; COSTA, Julio Cesar Zorzenon. Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 513-540, maio-agosto 2019.
- VALE, Ana Lia Farias *et al.* Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. **Revista da Universidade de Roraima**, vol. 22, Textos & Debates nº 07.